

1 CORÍNTIOS 7.10-11: DIVÓRCIO ENTRE CRISTÃOS?

*João Paulo Thomaz de Aquino**

RESUMO

Este artigo apresenta diferentes posições sustentadas por cristãos com relação ao divórcio. O autor interpreta 1 Coríntios 7.10-11 e defende, com base nesse texto, a posição de que o cristão peca em caso de divórcio por motivo outro que não o adultério e aprofunda o pecado caso se case com outra pessoa.

PALAVRAS-CHAVE

1 Coríntios 7.10-11; Casamento; Divórcio; Novo casamento.

INTRODUÇÃO

O que um estudo sobre 1 Coríntios 7.10-11 faz em uma revista dedicada a estudos sobre a igreja? Se você é líder na igreja, já deve ter sofrido com o problema de um casal cristão que não consegue mais viver junto, mesmo sem ter havido adultério, e se separa. Depois um dos dois começa a namorar e às vezes até pede para o pastor celebrar o casamento e a igreja ceder o templo. O que devemos fazer nessas situações? Aquele divórcio foi lícito? E este novo casamento, é permitido pela Palavra de Deus ou é um ato pecaminoso?

O objetivo deste breve artigo é apresentar a opinião de alguns estudiosos contemporâneos sobre o assunto e propor uma resposta bíblica introdutória à luz de 1 Coríntios 7, visando refletir a justiça e a graça que há no evangelho de Cristo.¹

* O autor é mestre em Antigo Testamento pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ, 2007), mestre em Novo Testamento pelo Calvin Theological Seminary (2009) e doutorando em ministério pelo CPAJ. É professor de Novo Testamento no CPAJ e no Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. É ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil, atuando na plantação da Igreja Presbiteriana Estação Luz. É também editor do website <http://www.isssoegrego.com.br>.

¹ Para um tratamento introdutório de 1 Coríntios 7 escrito pelo mesmo autor, ver: AQUINO, João Paulo T. de. 1 Coríntios 7.1-40: Uma conversa sobre casamento, sexo, solteirice, divórcio e viuvez. Disponível em: <http://isssoegrego.com.br/2014/04/08/1-corintios-7-1-40-uma-conversa-sobre-casamento-sexo-solteirice-divorcio-e-viuvez>. Acesso em: 08 abr. 2014.

1. REVISÃO DE LITERATURA

Em 1990, Wayne House editou o livro *Divorce and Remarriage: Four Christians Views* em que quatro estudiosos defendem e debatem as seguintes posições: “Divórcio, não, novo casamento, não” (J. Carl Laney), “Divórcio, sim, novo casamento, não” (William A. Heth), “Divórcio e novo casamento por adultério ou deserção” (Thomas R. Edgar) e “Divórcio e novo casamento sob várias circunstâncias” (Larry Richards).²

O primeiro estudioso, J. Carl Laney, expõe brevemente Gn 2.24; Dt 24; Ed 9; Ml 2; os ditos de Jesus sobre o assunto (Mt 19.1-12; Mc 10.1-12; Mt 5.31-32; Lc 16.18) e o ensino de Paulo, especialmente como aparece em 1Co-ríntios 7, e chega à conclusão de que um novo casamento é sempre contrário à vontade de Deus.³ Essa mesma posição é defendida por John Piper, que a resume nos seguintes pontos:

1. Lc 16.18 chama todo casamento ocorrido depois de divórcio de adultério.
2. Mc 10:11-12 chama todo novo casamento depois de divórcio de adultério, não importa se foi o esposo ou a esposa que ocasionou o divórcio.
3. Mc 10.2-9 e Mt 19.3-8 ensinam que Jesus rejeitou a justificativa dos fariseus de divórcio a partir de Dt 24.1 e reafirmou o propósito de Deus na criação de que nenhum homem separasse o que Deus uniu.
4. Mt 5.32 não ensina que o novo casamento é legal em alguns casos. Em vez disso, reafirma que o casamento depois do divórcio é adultério, mesmo para aqueles que foram inocentes no divórcio, e que um homem que se divorcia de sua esposa é culpado de adultério pelo seu segundo casamento, a menos que ela tenha se tornado adúltera antes do divórcio.
5. 1Co 7.10-11 ensina que o divórcio é errado, mas que se for inevitável, a pessoa que se divorcia não deve se casar novamente.
6. 1Co 7.39 e Rm 7.1-3 ensinam que o novo casamento é legítimo somente em caso de morte de um cônjuge.
7. Mt 19.10-12 ensina que uma graça cristã especial é dada por Deus aos discípulos de Cristo que permanecem sozinhos ao renunciarem ao novo casamento de acordo com a lei de Cristo.
8. Dt 24.1-4 não legisla sobre bases para o divórcio, mas ensina que o relacionamento “uma-carne” estabelecido pelo casamento não é obliterado pelo divórcio ou mesmo pelo novo casamento.
9. 1Co 7.15 não significa que quando um cristão é abandonado por um cônjuge descrente ele está livre para se casar novamente. Significa que o cristão não é obrigado a lutar a fim de preservar a união. A separação é permitida se o cônjuge não cristão insistir nela.
10. 1Co 7.27-28 não ensina o direito da pessoa divorciada de se casar novamente. Ele ensina que virgens prometidas em casamento deveriam considerar seriamente viver uma vida como solteiras, mas não é pecado se se casarem.
11. A cláusula de exceção de Mt 19.9 não implica que divórcio por causa de adultério dá liberdade a uma pessoa para se casar novamente. Todo o peso da evidência do Novo Testamento nos dez pontos precedentes é contra

² HOUSE, H. Wayne (ed.). *Divorce and Remarriage: Four Christian Views*. Downers Grove: Intervarsity, 1990.

³ LANNEY, J. Carl. Divórcio, não, novo casamento, não. In: HOUSE, 1990, p. 13-54.

essa visão, e há muitas formas de interpretar bem esse verso de modo a não criar um conflito entre ele e o ensino mais amplo do Novo Testamento sobre o fato de que o novo casamento depois de divórcio é proibido.⁴

O assunto é tão complicado que a igreja de Piper chegou a uma conclusão diferente. Em artigo publicado para servir como base de ensino e disciplina, a igreja afirma que reconhece a legitimidade do divórcio em casos de deserção, adultério e abuso danoso; também afirma a liberdade do cônjuge lesado de se casar novamente, não sendo esse o caso do cônjuge culpado.⁵ Essa é basicamente a mesma posição defendida por Thomas R. Edgar, John Murray, Jay Adams e pela *Confissão de Fé de Westminster*.⁶

Entre essas duas posições está aquela defendida por William A. Heth no livro de House e mais desenvolvida em livro escrito por ele junto com Gordon Wenham.⁷ Heth defende que o divórcio é permitido na Bíblia em casos de relações sexuais ilícitas e outras situações específicas, mas que um novo casamento não é permitido em nenhum caso. Ou seja, existe concessão bíblica a respeito do divórcio, mas não a respeito do novo casamento. O interessante, entretanto, é que Heth, em 2002, publicou artigo mudando para a posição mais comum que permite um novo casamento depois de um divórcio lícito.⁸

A última posição que o livro de House apresenta é defendida por Larry Richards.⁹ Ele dá atenção especial ao contexto literário e demonstra que a Bíblia mostra divórcios por outros motivos que não o adultério, como no caso relatado no livro de Esdras. Dessa forma, Richards chega aos seguintes princípios: (1) o casamento intencionado por Deus é para toda a vida; (2) por

⁴ PIPER, John. *Divorce & Remarriage: A Position Paper*. 1989. Disponível em: <http://www.desiringgod.org/articles/divorce-remarriage-a-position-paper>. Acesso em: 21 jan. 2014.

⁵ PIPER, John. *A Statement on Divorce & Remarriage in the Life of Bethlehem Baptist Church*. 1989. Disponível em: <http://www.desiringgod.org/articles/a-statement-on-divorce-remarriage-in-the-life-of-bethlehem-baptist-church>. Acesso em: 21 jan. 2014. Essa posição de Piper também é defendida por PLEKKER, Robert J. *Divórcio à luz da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 2000.

⁶ EDGAR, Thomas R. *Divorce & Remarriage for Adultery or Desertion*. In: HOUSE, 1990, p. 149-196; MURRAY, John. *Divorce*. Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1974. ADAMS, Jay E. *Marriage, Divorce, and Remarriage in the Bible*. Grand Rapids: Zondervan, 1980. HODGE, A. A. *Confissão de Fé de Westminster comentada por A. A. Hodge*. São Paulo: Os Puritanos, 1999, p. 415: “No caso de adultério depois do casamento, é lícito à parte inocente propor divórcio, e, depois de obter o divórcio, casar com outrem, como se a parte infiel estivesse morta”.

⁷ HETH, William. *Divórcio, sim, recasamento, não*. In: HOUSE, 1990, p. 71-129. Ver também: HETH, William; WENHAM, Gordon. *Jesus and Divorce: The Problem with the Evangelical Consensus*. Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1984.

⁸ HETH, William A. *Jesus on Divorce: How My Mind Has Changed*. *Southern Baptist Theological Journal* 06:1 (Spring 2002). Disponível em: http://www.sbps.edu/media/publications/sbjt/sbjt_2002_spring2.pdf. Acesso em: 21 jan. 2014.

⁹ RICHARDS, Larry. *Divórcio e novo casamento sob diversas circunstâncias*. In: HOUSE, 1990, p. 213-248.

causa da dureza do coração humano pecaminoso, às vezes o divórcio é a melhor coisa que um casal pode fazer; (3) essa dureza de coração pode apresentar-se de diferentes formas, como abuso físico e mental, abuso sexual, adultérios repetidos e abandono espiritual e emocional; (4) é responsabilidade exclusiva dos cônjuges determinar quando e se o casamento realmente acabou; (5) pessoas que se divorciam por qualquer razão têm o direito de se casar novamente e (6) pessoas que se divorciam e casam novamente têm o direito de ter pleno envolvimento na igreja.

Sendo esse um debate muito antigo na história da igreja, com diversos argumentos e muitas propostas de interpretação dos textos bíblicos, devemos antes mesmo de adentrar a discussão mais específica admitir que: (1) deve haver grande respeito entre os cristãos quanto à posição assumida pelo outro, especialmente no que concerne às posições mais defendidas na história da igreja; (2) nenhum estudo será suficientemente exaustivo e lidará de forma justa com todos os argumentos já levantados; (3) deve haver grande sensibilidade ao lidar com um assunto que impacta de forma tão profunda a vida de tantos cristãos; (4) as denominações devem chegar às suas próprias conclusões, após aprofundado estudo bíblico, a fim de lidarem com a vida das pessoas em aconselhamento, instrução e aplicação da disciplina e (5) não podemos anular a graça por causa da lei, nem vice-versa.¹⁰ Com isso em mente, aproximemo-nos do texto.

2. O TEXTO: 1 CORÍNTIOS 7.10-11

O que 1 Coríntios 7.10-11 ensina sobre divórcio? Quando Paulo diz: “Ora, aos casados, ordeno, não eu, mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido (se, porém, ela vier a separar-se, que não se case ou que se reconcilie com seu marido); e que o marido não se aparte de sua mulher”, ele está dando uma concessão para o divórcio e fazendo uma proibição quando ao novo casamento? Em que circunstâncias se aplica o ensino desse trecho? Quanto a 1 Coríntios 7.15: “Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz”, existe aqui uma concessão quanto ao novo casamento no caso de divórcio do cristão com o incrédulo? E essa questão da deserção, aplica-se também no caso de cristãos?

Defenderemos nesse artigo que 1 Coríntios 7.10-11 proíbe o divórcio aos cristãos por motivos outros que não o adultério e proíbe novo casamento em caso de divórcio que não aconteceu por esse motivo.¹¹

¹⁰ Quanto à posição dos pais da igreja sobre o assunto, ver: HETH; WENHAM, 1984, p. 19-44.

¹¹ Aqui, consideramos adultério como sendo relações sexuais consumadas com outra pessoa que não o cônjuge, bem como o espancamento, à luz de Malaquias 2.16, que equaliza divórcio com violência doméstica.

2.1 *Estudo contextual*

Os judeus e os gentios da época de Paulo tinham uma concepção semelhante a respeito do divórcio. Entretanto, antes da releitura da Torá proposta por Hilel, a tradição judaica admitia o divórcio apenas por três motivos: falha em fornecer alimento, falha em fornecer roupas e descumprimento dos deveres conjugais, baseando-se em Êxodo 21.10-11 e Deuteronômio 24.1-4. Essa foi a interpretação da lei durante anos. O rabino Hilel, no entanto, no primeiro século antes de Cristo, mudou a interpretação de Deuteronômio 24.1-4, afirmando que o homem poderia se separar de sua esposa por qualquer motivo ou por ter achado algo indecente nela, e tornou a lei no judaísmo semelhante à lei grega corrente.¹² Tanto o homem quanto a mulher poderiam pedir divórcio e havia nos contratos de casamento provisão para esse caso. Era comum os contratos fazerem referência ao tríplice dever (comida, roupas e amor) e indicarem a possibilidade de divórcio caso não fosse cumprido, embora os contratos aramaicos fizessem maior referência ao término do casamento em caso de morte do que em caso de divórcio.¹³ Era nesse contexto de grande facilidade quanto ao divórcio que os cristãos coríntios viviam.

Os coríntios enfrentavam diversos problemas quanto ao sexo. Na mesma igreja, coexistiam aquele que tinha relações sexuais com a mulher do próprio pai (1Co 5), aqueles que achavam normal ter uma vida sexualmente ativa à parte do casamento (1Co 6.12-20), bem como homens casados que, influenciados por uma concepção dualista (visível no capítulo 15) e ascética, chegaram à conclusão de que o sexo, mesmo no casamento, deveria ser evitado (1Co 7.1).¹⁴ Talvez essa fosse, inclusive, a razão de aparecerem propostas de divórcio na comunidade coríntia.

Assim, é nesse contexto que Paulo escreve esse capítulo abordando tanto o casamento quanto o não casamento, bem como o divórcio e a viuvez. A organização do capítulo é como segue:

7.1-7 – Aos casados: vocês tem o dever de praticar relações sexuais.

7.8-9 – Aos solteiros e viúvos: caso consigam viver celibatários, não se casem.

7.10-11 – *Aos cristãos casados: não se separem, mas se isso acontecer, fiquem sós ou se reconciliem.*

¹² INSTONE-BREWER, David. 1 Corinthians 7 in the Light of the Jewish Greek and Aramaic Marriage and Divorce Papyri. *Tyndale Bulletin* 52:2, 2001, p. 225-243.

¹³ INSTONE-BREWER, 2001, p. 225-243.

¹⁴ Pressupomos aqui a leitura de artigo anterior do mesmo autor, onde essas questões sexuais e o dualismo dos coríntios são explicados, incluindo referências bibliográficas para aprofundamento. AQUINO, João Paulo T. 1 Coríntios 6.12-20 e o estilo diatribico. *Fides Reformata*, v. 15, n. 1 (2010), p. 37-55. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/1Corintios_EstiloDiatribico.pdf. Acesso em: 23 jan. 2014.

7.12-17 – Aos casados com incrédulos: se o incrédulo consentir, continue casado.

7.18-24 – Digressão: Exemplos de como servir ao Senhor continuando a ser o que era.

7.25-40 – Palavra às solteiras e aos solteiros: se possível, não casem e vivam em tempo integral para Deus.

O nosso foco neste artigo serão os versos 7.10-11.

2.2 *Uma palavra aos casais cristãos a respeito do divórcio (1Co 7.10-11)*

Paulo já havia advertido os casais sobre o dever de terem uma vida sexualmente ativa (1Co 7.1-7). O apóstolo também havia abordado o assunto que vai desenvolver no final do capítulo (7.8-9/7.25-40). Agora, Paulo lida com os casais cristãos e aborda o divórcio. Em uma tradução literal, o texto diz: “Àqueles que se casaram e estão casados, estou ordenando, não eu, mas o Senhor, a mulher do homem não estar sendo separada – se, porém, de fato for separada, esteja permanecendo sem casamento ou com o marido se reconcilie – e o homem a mulher não mande embora”.¹⁵ Como esses dois versículos são centrais ao nosso assunto, trataremos deles com mais vagar, analisando suas expressões e as implicações decorrentes delas.

τοῖς δὲ γεγαμηκόσιν (àqueles que se casaram e estão casados) – na seção anterior (1Co 7.8-9), Paulo havia instruído os solteiros e as viúvas (τοῖς ἀγάμοις καὶ ταῖς χήραις). Agora ele se volta aos casados. O apóstolo poderia ter usado um particípio presente (aqueles que estão casados), mas optou por um particípio perfeito (aqueles que se casaram e ainda estão casados). Entendo que ao escolher essa forma gramatical, Paulo aponta desde já para a estabilidade do casamento. O casamento deve ser sempre considerado no tempo verbal grego do “perfeito”, com começo e continuidade, sendo desfeito somente por meio da morte. É digno de nota que embora o apóstolo não especifique que está se dirigindo aos casais cristãos, ao começar 1 Coríntios 7.12-13 com “aos mais” e defini-los como “irmão que tem mulher incrédula” e “mulher que tem marido incrédulo”, fica claro que o texto de 1Coríntios 7.10-11 é dirigido especificamente aos cristãos.¹⁶

¹⁵ Tradução literal de 1Coríntios 7-10-11. Compare-a com a tradução da NVI: “Aos casados dou este mandamento, não eu, mas o Senhor: Que a esposa não se separe do seu marido. ¹¹ Mas, se o fizer, que permaneça sem se casar ou, então, reconcilie-se com o seu marido. E o marido não se divorcie da sua mulher”.

¹⁶ FEE, Gordon D. *The First Epistle to the Corinthians*. NICNT. Grand Rapids: Eerdmans, 1987, p. 291.

παραγγέλλω (estou ordenando) – Garland chama a atenção para o fato de Paulo ser mais contundente aqui do que em outras instruções do mesmo capítulo. O apóstolo não simplesmente “diz” (7.6, 8, 12), nem “deseja” (7.7), mas “ordena” (7.10).¹⁷ O tempo verbal presente (em vez de aoristo) aponta para a insistência dele quanto ao assunto.

οὐκ ἐγὼ ἀλλὰ ὁ κύριος (não eu, mas o Senhor) – aqui, Paulo lança mão de um artifício retórico chamado *correctio*, a fim de trazer ainda mais peso para a ordem. Assim, não temos uma simples lembrança do apóstolo de que não foi ele quem disse, mas Jesus.¹⁸ É raro encontrar Paulo apelando às palavras de Jesus (1Co 9.14; 11.23; 1Ts 4.15; 1Tm 5.18), o que dá ainda mais peso à instrução que se segue. O curioso é que a instrução não é uma citação literal de palavras de Jesus, mas uma paráfrase dos seus ensinamentos a respeito de divórcio (Mt 5.31-32; 19.3-12; Mc 10.2-12; Lc 16.18).¹⁹ Paulo não deseja estabelecer uma distinção de autoridade entre aquilo que ele diz e o que Jesus Cristo diz. O foco é esclarecer que, sobre esse ponto, o próprio Jesus deixou instrução ao seu povo, enquanto sobre outros assuntos Paulo, como apóstolo de Jesus Cristo, é quem faz aplicação e desenvolvimento do ensino do Senhor (ver 1Co 7.12, 25, 40).

γυναῖκα ἀπὸ ἀνδρὸς μὴ χωρισθῆναι (a mulher do homem não estar sendo separada) – é interessante que Paulo comece a sua instrução quanto ao divórcio dando prioridade às mulheres (esposas) e não aos maridos. Isso tem sido interpretado por alguns estudiosos como uma evidência de que eram principalmente as mulheres coríntias que estavam buscando divórcio.²⁰ De acordo com as palavras de Jesus, com o ensino da Bíblia em geral e refletindo o ensino paulino da permanência do casamento entre cristãos até a morte, Paulo ordena fortemente que não aconteça divórcio entre os cristãos. Por outro lado, vê-se parte da cultura hebraica de Paulo ao utilizar o passivo para referir-se ao divórcio solicitado pela esposa.

ἐὰν δὲ καὶ χωρισθῇ (se, porém, de fato for separada) – essa é a cláusula mais problemática do texto. Paulo está citando um mandamento de Jesus e propõe uma situação aparentemente não contemplada pelo próprio Jesus. Em segundo lugar, a possibilidade levantada pelo apóstolo é exatamente aquela proibida no mandamento. Assim, a pergunta que surge é: É ou não lícito ao cristão divorciar-se, considerando que o próprio apóstolo Paulo levanta essa

¹⁷ GARLAND, David E. *1 Corinthians*. BECNT. Grand Rapids: Baker, 2003, p. 280. Cf. ELLINGWORTH, Paul; HATTON, Howard. *A Handbook on Paul's First Letter to the Corinthians*. New York: United Bible Societies, 1995, p. 150-151.

¹⁸ Contra FEE, 1987, p. 291.

¹⁹ Para uma exposição desses textos, ver MURRAY, 1974, p. 17-54.

²⁰ GARLAND, 2003, p. 280-281. FEE, 1987, p. 290, nota de rodapé 2.

possibilidade? Deve-se notar também do ponto de vista gramatical que “ἐὰν” mais subjuntivo podem apontar para uma situação presente ou provável.²¹ Assim, Conzelmann afirma que o texto não concede uma exceção, mas refere-se a uma situação existente.²² Garland, por sua vez, acertadamente afirma que Paulo não está tentando resolver uma situação do passado, mas instruindo-os contra o divórcio.²³

O fato de esse texto apontar a vontade de Deus (não ao divórcio) e legislar sobre algo que é contra a vontade de Deus (caso se divorciem não se casem), faz-nos ter que abordar o tema. As leis de Deus no Antigo Testamento são classificadas comumente como apodíticas e casuísticas.²⁴ Aquelas refletem questões categóricas e incondicionais; estas apontam para atitudes que dependem de situações específicas. Os teólogos sistemáticos, por sua vez, também fazem diversas distinções sobre a vontade de Deus. Por exemplo, vontade decretiva e preceptiva e vontade de prazer e de propósito.²⁵

Ainda vinculado à mesma problemática, Wright mostra que as respostas que Deus esperava de Israel com relação a aspectos da cultura poderiam ser de três tipos: rejeição total, tolerância qualificada e afirmação crítica.²⁶ Atitudes ligadas à idolatria, perversão, destruição de pessoas e opressão dos marginalizados encontram-se na primeira categoria. Quanto a questões ligadas ao casamento (e outros assuntos), embora houvesse clara vontade revelada de Deus, havia tolerância por parte de Deus (e até mesmo legislação) caso situações diferentes daquela refletida em sua vontade acontecessem na prática (exemplo: poligamia). Outras interações do povo de Deus com a sociedade

²¹ DANKER, Frederick William; BAUER, Walter; ARNDT, William; GINGRICH, F. Wilbur. *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*. 3ª ed. Chicago: University of Chicago, 2000, p. 268 (daqui em diante DBAG). WALLACE, Daniel B. *Gramática grega: Uma sintaxe exegética do Novo Testamento*. São Paulo: Batista Regular, 2009, p. 663.

²² CONZELMANN, Hans. *1 Corinthians*. Philadelphia: Fortress, 1975, p. 120.

²³ GARLAND, 2003, p. 283. Sobre essa cláusula, Murray comenta: “Qual é, então, a força da cláusula parentética [cláusula de exceção]? A resposta deveria estar clara. Paulo reconhece que a natureza humana é perversa, que mesmos os cristãos agem perversamente e, não obstante o erro da separação ou divórcio, as partes podem violar o que é certo e perpetrar o errado. É por essa contingência má que o parêntese indica o que fazer... O que ele está dizendo na verdade é: se a separação de fato aconteceu, então certas provisões deve ser adicionadas. Que a violação seja curada. Caso isto falhar, sob nenhuma circunstância pode acontecer outro casamento. Em outras palavras, o parêntese simplesmente regula o erro quando este aconteceu, mas em nenhuma hipótese legitima a separação em si”. MURRAY, 1974, p. 62.

²⁴ ALEXANDER, T. Desmond; BAKER, David W. *Dictionary of the Old Testament: Pentateuch*. Downers Grove: InterVarsity, 2002, p. 339; HARRINGTON, Daniel J. *Interpreting the Old Testament: A Practical Guide*. Collegeville: Liturgical, 1981, p. 74 et seq.

²⁵ CAMPOS, Heber C. *O ser de Deus e seus atributos*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999, p. 357-371.

²⁶ WRIGHT, Christopher J. H. *Old Testament Ethics for the People of God*. Downers Grove: InterVarsity, 2004, p. 348-352.

pagã poderiam ser experimentadas de maneira crítica, como é o caso das artes, festivais, língua e cultura em geral de outras nações.²⁷

Em suma, devemos entender que o fato de Deus legislar sobre uma situação não chancela tal situação como estando acorde com a vontade de Deus. Também devemos compreender que, ao nos envolvermos com uma situação contrária à lei de Deus, podemos em nossos atos subsequentes agir de acordo com essa lei ou piorar nossa situação diante de Deus, aprofundando o nosso pecado.

Aplicando esses conceitos de maneira específica ao nosso texto, temos que o casamento monogâmico que dura até a morte de um dos cônjuges reflete as vontades preceptiva e de prazer de Deus, seu mandamento desde a criação. O divórcio, entretanto, para Jesus, aparece como uma lei casuística (em caso de adultério e por causa da dureza do coração). Em nosso texto, entretanto, Paulo parece deixar a razão do divórcio em aberto. Assim, ele não chancela o divórcio, mas aponta o que fazer caso o pecado do divórcio tenha se consumado em um casamento entre cristãos, o que nos leva ao próximo trecho do texto.

μενέτω ἄγαμος ἢ τῷ ἀνδρὶ καταλλαγῆτω (*esteja permanecendo sem casamento ou com o marido se reconcilie*) – o apóstolo Paulo apresenta somente duas opções para a mulher cristã que se divorcia do esposo cristão: permanecer sozinha ou reatar os laços matrimoniais com o seu marido. Aqui, portanto, é claramente vedada a possibilidade de um novo casamento. Considerando que esse texto não se refira aos casos de adultério, o ensino que temos é que uma mulher que se separa de seu marido por outro motivo que não o adultério deve permanecer sozinha ou voltar para o seu marido. Como vimos na revisão de literatura, alguns estudiosos entendem que essa regra aplica-se mesmo no caso do adultério, pois interpretam o “caso, porém, se separe” como se referindo à única possibilidade de divórcio aventada pelo próprio Jesus citado por Paulo. Entretanto, estamos interpretando aqui, pela linguagem vaga de Paulo ao não citar o adultério, que a separação em voga tem outros motivos que não um adultério fisicamente consumado.²⁸

καὶ ἄνδρα γυναῖκα μὴ ἀφιέναι (*e o homem a mulher não mande embora*) – antes de encerrar o texto, Paulo se mantém fiel ao padrão que ele mesmo estabeleceu neste capítulo: o de instruir homens e mulheres em cada situação abordada. A instrução do apóstolo aos homens coríntios foi mais econômica do que às mulheres. O apóstolo simplesmente proíbe o marido de divorciar-se

²⁷ WRIGHT, 2004, p. 348-352. Ver também FRAME, John M. *A doutrina da vida cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 205 et seq.

²⁸ Garland compreende que a instrução de Paulo de que o cônjuge deve ficar sozinho ou se reconciliar, em caso de divórcio por razões outras que não o adultério, revela o pressuposto de que os laços do casamento permanecem intactos nesse caso (GARLAND, 2003, p. 283). Murray (1974), por sua vez, defende uma posição a favor da dissolubilidade dos laços do casamento.

de sua esposa.²⁹ Ao contrário de uma instrução que poderia ser interpretada como machista por alguns, o que temos no texto é uma proibição absoluta aos homens cristãos no que concerne ao divórcio e uma proibição absoluta às mulheres, mas com uma provisão de conduta para o caso do divórcio. Fee e Hays afirmam que, embora não haja repetição do conteúdo da instrução, tudo o que é falado às mulheres é válido também para os homens.³⁰

CONCLUSÃO

A mensagem desse texto para a época em que foi escrito é que os cristãos coríntios, mulheres e homens, deveriam evitar o divórcio a todo custo, sob pena de estarem em pecado. Caso, a despeito disso, acontecesse o divórcio, o cônjuge que o buscou teria a obrigação de permanecer sozinho a partir de então.³¹ Portanto, a proibição de um novo casamento não é uma concessão ao divórcio, mas sim uma provisão para que a possibilidade de restaurar o casamento seja mantida. Os cristãos coríntios, entre os quais havia ascetas e libertinos, deveriam entender que tinham a obrigação de permanecer em seu casamento e, caso pecassem consumando um divórcio, deveriam permanecer sozinhos. Caso contrário haveria um aprofundamento de seu pecado contra Deus.

E para a nossa época, qual é o significado desse texto?

A mensagem do texto para a nossa época não é muito diferente. Deus não quer que os casais cristãos se divorciem por qualquer motivo. Fazê-lo é desafiar o mandamento de Jesus, quebrar o sétimo mandamento e estar em pecado diante de Deus. Ainda assim, a Bíblia é realista, de forma que, caso aconteça um divórcio entre cristãos (em caso de não ter havido adultério), há instrução de que a parte que buscou a separação deve permanecer só ou buscar reconciliação com seu cônjuge.

Assim, a partir do ensino desse texto e informados por outros textos das Escrituras, podemos esboçar alguns princípios que devem ser seguidos pelos cristãos e igrejas quanto ao divórcio:

1. “O divórcio sempre representa um fracasso em alcançar o ideal de Deus”.³² Mesmo em caso de adultério, o ideal seria a reconciliação (cf. Oséias),

²⁹ Concordo com os estudiosos que afirmam não haver distinção de significado pelo uso de diferentes verbos gregos para apontar o divórcio aqui: FEE, 1987, p. 293-294; HAYS, Richard B. *First Corinthians*. Luisville: John Knox, 1997, p. 120; CONZELMANN, 1975, p. 120. Ver pensamento contrário em: LUCK, William F. *Divorce and Remarriage: Recovering the Biblical View*. San Francisco: Harper & Row, 1987, p. 166.

³⁰ FEE, 1987, p. 296; HAYS, 1997, p. 120.

³¹ Gordon Fee (1987, p. 291) faz a importante observação de que esse texto, antes de ser aplicado a outros contextos, deve ser compreendido de acordo com seu objetivo original, que era a rejeição do casamento por motivos ascéticos.

³² FRAME, 2013, p. 732. A citação completa declara: “No entanto, o divórcio sempre representa um fracasso em alcançar o ideal de Deus. Nunca é algo para celebrar. As igrejas devem demonstrar

conforme o exemplo de Deus com seu povo. Assim, os cônjuges e a igreja deveriam sempre envidar todos os esforços para evitar o divórcio e buscar o perdão e restauração do casamento. Ainda assim, divórcio em caso de adultério não é pecado e não há restrição bíblica quanto a um novo casamento neste caso.³³

2. Divórcio entre cristãos sem que tenha havido imoralidade sexual por parte do cônjuge é pecado: o casal, os líderes e a igreja devem envidar todos os esforços possíveis para que haja reconciliação em caso de separação.³⁴

3. No caso deste texto de 1 Coríntios 7.10-11, a proibição de um novo casamento recai sobre a pessoa que procurou a separação e não sobre a outra pessoa.³⁵ Assim, poderíamos afirmar que um cônjuge que deserta de seu casamento de maneira contumaz, seja pelo abandono do lar, seja sexualmente com o conseqüente divórcio, não tem o direito de se casar de novo. O outro cônjuge tem. É evidente que nesses casos é necessário o acompanhamento pastoral, e devem ser analisados os motivos que levaram o cônjuge a querer separar-se. A reconciliação, como já dissemos, é sempre o mais desejável.

4. Os casais cristãos que se separaram injustificadamente devem confessar seu pecado a Deus e um ao outro e procurar reconciliação, caso ainda não tenham se casado novamente. Esses casais devem ser pastoreados nesse processo.

5. Os casais cristãos que se separaram por motivos não justificados nas Escrituras e se casaram novamente devem confessar o pecado de terem se separado injustamente, confessar o pecado de terem se casado novamente de maneira não permitida por Deus e, então, sinceramente arrependidos, devem seguir sua vida em seu novo casamento.

Como se pode comprovar nas notas de rodapé deste estudo, muito se escreveu até agora sobre esse assunto e um artigo como este não visa exaurir o tema, nem tem a pretensão de ser uma palavra final. Sempre que tratamos desses casos devemos ter a clareza de que se trata de um assunto delicado, que toca nas áreas mais sensíveis da vida das pessoas. Esse sentimento, entretanto, não pode ser maior do que o nosso temor e amor pelo Senhor, que é o único que tem direito à palavra final neste e em todos os assuntos. Assim, a graça e a justiça emanadas da Palavra devem acompanhar casais, pastores,

amor e graça (e, às vezes, disciplina eclesiástica) aos que estão se divorciando (o que pede e o que sofre a ação), mas a noção de ‘abençoar um divórcio’ é bizarra. Um divórcio, pelo contrário, é causa para lamentação, é um sintoma de fracasso”.

³³ Aqui, admite-se por adultério qualquer imoralidade sexual efetivamente praticada (não somente pensada ou pretendida), bem como o espancamento, tendo em vista que Malaquias 2.11-16 equipara o divórcio à violência doméstica. As deserções física ou sexual contumazes devem ser analisadas de acordo com cada caso.

³⁴ HAYS (1997, p. 120) e FEE (1987, p. 296) sugerem que, nesse caso, não deve haver disciplina eclesiástica de excomunhão sobre o membro que decide se separar para viver só.

³⁵ LUCK, 1987, p. 167.

presbíteros e igrejas ao lidar com cada caso específico. Estudos que analisem os demais textos bíblicos que tratam do divórcio, bem como todo o capítulo 7 de 1 Coríntios, certamente serão muito úteis.

ABSTRACT

This article initially presents four different views on divorce held by Christians. Then, the author proposes an interpretation of 1 Corinthians 7.10-11 supporting the position that a Christian sins if he or she divorces a Christian spouse and makes this sin worse if they remarry, unless an adultery has happened.

KEYWORDS

1 Corinthians 7:10-11; Marriage; Divorce; Remarriage.